

O ensino superior politécnico e a investigação científica: Outros caminhos e novos desafios/ oportunidades para a ESEP¹

João Emílio Alves

Instituto Politécnico de Portalegre (IPP), Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação (C3I), Portalegre, Portugal;
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Lisboa, Portugal
joaoemilioalves@gmail.com
joaoemilioalves@esep.pt

Resumo: Com este texto propomo-nos contribuir para o debate em torno do lugar e da pertinência da investigação científica e tecnológica no âmbito da missão, das atribuições e das competências do ensino superior politécnico. Como referente empírico e fio condutor analítico discute-se a atual situação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre (ESE/IPP) no campo da investigação, incluindo uma referência à recente dinâmica observada no que concerne à frequência de programas doutorais por parte dos seus docentes e, perspetiva-se, embora num tom embrionário, um novo enquadramento institucional em matéria de investigação, atualmente em fase de discussão e arranque no âmbito do IPP, materializado na criação e consolidação de um Centro de Investigação próprio. Paralelamente, sintetiza-se um conjunto de referências explícitas ao tema da investigação espelhadas em vários normativos legais, à escala nacional e local/institucional. Finalmente, complementa-se a análise com recurso a alguns indicadores estatísticos recentes sobre a prática da investigação científica a nível nacional, com particular incidência na região do Alto Alentejo, território de influência e de ação direta da ESE/IPP.

1. Entre a “investigação fundamental” e a “investigação aplicada”: algumas notas introdutórias sobre a investigação científica e tecnológica no ensino superior politécnico

As questões da investigação científica e tecnológica surgem tradicionalmente associadas ao ensino superior universitário e politécnico, embora não de forma exclusiva². Em estreita articulação com as atividades

de investigação acrescenta-se muitas vezes a prestação de serviços à comunidade, funções que, juntamente com a qualificação de alto nível e a formação cultural, artística, tecnológica e científica dos diferentes públicos escolares, completam a clássica tríade característica do ensino superior: ensinar, investigar e prestar serviços, técnica e cientificamente complexos e exigentes, à sociedade.

Porém, têm sido amplamente referenciadas e discutidas as desigualdades

¹ Este texto retoma e aprofunda a intervenção proferida no âmbito do II Fórum ESEP, organizado pela Direção da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre, aquando do seu 25º aniversário, em 28 de junho de 2010. Procurou-se reproduzir em texto, de forma fiel, os conteúdos apresentados nessa data, o que explica a ausência de qualquer referência ao atual contexto económico e financeiro do país, refletido necessariamente no universo de atuação das instituições de ensino superior e, de modo específico, no domínio do seu financiamento, no que concerne, por exemplo, às respetivas atividades de investigação científica.

² Incluindo-se neste domínio os laboratórios, as empresas e outras entidades de perfil organizacional variado, designadamente instituições privadas sem fins lucrativos.

verificadas no plano da concretização prática dos processos de investigação científica e tecnológica entre as universidades e os institutos politécnicos, com dificuldades adicionais e limitações de tipo estrutural geralmente com prejuízo para os segundos. Alguns exemplos desta realidade passam, a título de ilustração, por: i) um conjunto de especificidades inerentes às políticas de financiamento que, historicamente, têm privilegiado as universidades, os seus laboratórios e centros de investigação em detrimento dos institutos politécnicos; ii) as dificuldades de acesso aos meios e recursos necessários à existência de uma verdadeira cultura de investigação, incluindo aqui as condições organizacionais, técnicas e logísticas imprescindíveis a um correto e mais eficiente desempenho neste âmbito; iii) a recorrente dificuldade em compatibilizar a disponibilidade do corpo docente, sobretudo no ensino superior politécnico, para a produção e difusão de conhecimento científico, com as demais funções e atribuições docentes, designadamente o cumprimento de distribuições de serviço letivo, caracterizadas, em muitos casos, por um excessivo número de horas letivas e uma não inferior diversidade de conteúdos e unidades curriculares.

Este conjunto de handicaps tem-se refletido, de modo permanentemente intenso e estrutural, praticamente desde a constituição do sistema binário do ensino superior português, repartido entre o ensino universitário e o ensino politécnico, terminologia que se manteve – como se sabe – no âmbito da mais recente reforma do setor, ocorrida em 2007³, e na qual se volta a explicitar algumas das especificidades e diferenças que caracterizam ambos os modelos: o primeiro orientado sobretudo para “a oferta de formações científicas sólidas, juntando esforços e competências de unidades de ensino e de investigação”; e o segundo, concentrado “especialmente em formações vocacionais e em formações técnicas avançadas, orientadas profissionalmente” (Lei 62/2007, de 10 de setembro, Artigo 3.º, ponto 1).

A natureza binária do nosso sistema do ensino superior, clarificando as diferentes missões e atribuições, quer de um, quer de outro dos subsistemas, mantém, em nosso

³Referimo-nos ao RJIES – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (Lei 62/2007, de 10 de setembro).

entender de forma relativamente ambígua⁴, um conjunto de aspetos relacionados diretamente com as exigências dirigidas aos docentes do ensino superior politécnico, que, em circunstâncias ainda bastantes desiguais comparativamente aos seus colegas congéneres do ensino universitário, têm de concretizar um conjunto de objetivos em matéria de investigação científica e de conclusão de graus académicos, num quadro temporal definido e transitório, muitas vezes compelidos à frequência de programas de doutoramento, mas sem o enquadramento e os recursos organizacionais e logísticos desejáveis e necessários a uma investigação de natureza científica que se pretende inovadora e altamente exigente nos planos teórico, metodológico e empírico. Esta discussão reenvia-nos para as desvantagens que atrás se enumeraram, muito embora exista hoje um mecanismo de financiamento e a definição de um horizonte temporal de seis anos no sentido de agilizar e facilitar a recuperação do défice de formação avançada de um número ainda significativo de docentes na generalidade dos institutos superiores politécnicos⁵.

Não menosprezando a importância e o momento em que se inicia a aplicação daquele mecanismo legal, criado como estratégia de redução do referido défice de qualificação de muitos docentes do ensino politécnico, regista-se, contudo, algumas nuances que tendem a persistir e a dificultar o desejável acesso, em igualdade de circunstâncias, aos meios e recursos considerados imprescindíveis à prática da investigação científica no quadro mais alargado do ensino superior politécnico. Vejamos quais as razões.

Em primeiro lugar, importa lembrar que, globalmente, as instituições de ensino superior politécnico em Portugal são relativamente mais jovens comparativamente à generalidade das universidades. Muitos dos institutos politécnicos que hoje se encontram disseminados no território nacional têm entre vinte e trinta anos de existência. Apesar de terem constituído uma estratégia de democratização e alargamento de oportuni-

⁴Vejam a este respeito as diferentes manifestações de posição, algumas tornadas públicas por parte dos agentes sociais representativos do setor: professores, estruturas dirigentes e sindicatos.

⁵Designadamente o programa PROTEC.

dades de formação de índole mais qualificada nas regiões afastadas das áreas densamente urbanizadas e economicamente mais competitivas, continuam, no presente, a desempenhar um importante papel na dinamização dos tecidos económico e social das regiões onde se encontram implantados. Porém, esse trabalho que hoje é reconhecido na generalidade dos discursos académicos e políticos, acerca dos impactos económicos, sociais, culturais e tecnológicos dos institutos politécnicos, tem sido desenvolvido num quadro relativamente assimétrico em comparação com as universidades, porquanto – como se sabe – legalmente nunca foi conferida aos institutos superiores politécnicos, de forma explícita, “a possibilidade de desenvolver atividades de investigação fundamental” (CCISP, 2006:29). Essa vertente terá ficado reservada às universidades, característica que se terá mantido, e em certos momentos reforçada, até aproximadamente 2005. Com efeito, aos institutos politécnicos incumbia-se “a possibilidade de realizar investigação aplicada” e práticas de “desenvolvimento experimental, em domínios especializados”, bem como a prestação de serviços às respetivas comunidades (Veiga Simão e Almeida Costa, 2000:81).

Esta dupla leitura, tida para muitos investigadores e especialistas no conhecimento a respeito da evolução do ensino superior em Portugal como ambivalente, não obviou a que a generalidade dos institutos politécnicos, uns mais do que outros, segundo ritmos, calendários e contextos diferenciados, se empenhassem e se envolvessem no processo de qualificação dos respetivos corpos docentes, nomeadamente incentivando a obtenção de graus de mestre e de doutor. Uma parte muito significativa das pesquisas desenvolvidas por estes docentes acabava por ser concretizada, não tanto no quadro institucional dos seus institutos a que pertenciam (e a que pertencem) onde lecionavam (e muitos ainda lecionam), mas sobretudo no âmbito dos cursos de mestrado e de doutoramento das universidades que frequentavam (ou que ainda frequentam), beneficiando dos centros de investigação a estas associados, que proporcionavam os meios, as condições organizacionais e o acesso a

programas e linhas de financiamento dos seus projetos de investigação.

Na sequência destes processos de investigação, muitos dos docentes implicados mantinham-se posteriormente ligados àquelas ou a outras universidades após a obtenção dos respetivos graus académicos, integrando os seus centros de investigação e permitindo que estes passassem a contabilizar nos seus indicadores de desempenho e de avaliação o trabalho e os produtos científicos resultantes das pesquisas daqueles docentes/investigadores.

Neste contexto, muitos dos institutos politécnicos a que pertenciam (e a que ainda pertencem os mesmos docentes, com os custos associados a essa condição), acabavam – o que ainda hoje sucede – por não retirar, em termos mais diretos, benefícios das investigações realizadas pelos seus recursos humanos, incluindo neste capítulo, a título de ilustração, a publicação de artigos de natureza científica, o registo de patentes e de protótipos, entre outros produtos científicos, com importância acrescida para a afirmação das instituições de ensino superior no espaço nacional e internacional.

Assim, a produção científica dos docentes/investigadores ligados ao ensino superior politécnico, tem sido, na realidade, apropriada e contabilizada no âmbito da atividade científica das universidades e dos seus centros de investigação, alguns dos quais integrando um número não desprezível de recursos humanos a desempenhar atividade docente nos institutos politécnicos. Apesar deste quadro institucional assimétrico e relativamente penalizador para o ensino superior politécnico, em 2006, existiam formalmente constituídos e reconhecidos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), oito centros de investigação no universo dos institutos politécnicos portugueses (CCISP, 2006:30).

Os dados mais recentes e as dinâmicas registadas em matéria de procura de qualificação dos docentes e investigadores deste subsistema de ensino apontam para uma tendência de crescimento do número de centros associados aos institutos politécnicos, uma vez que tem-se observado um esforço gradualmente crescente de investimento na dimensão investigativa, na presta-

ção de serviços de apoio, de consultoria, de peritagem, de acompanhamento e de avaliação, solicitados aos mesmos institutos⁶. Esta situação tem proporcionado a elaboração de projetos e a concretização de dinâmicas de criação de outros centros de investigação, de dimensão mais ampla ou mais reduzida, funcionando em rede com outras instituições sediadas nas respetivas regiões desses institutos (empresas, instituições ligadas à economia social, órgãos e estruturas da administração central, regional e local, entre outras), como estratégia de resposta às solicitações de colaboração dirigidas aos institutos politécnicos e, simultaneamente, meio de afirmação da potencial capacidade de produção de conhecimento, inovação e mudança social, económica e culturalmente imprescindível a essas mesmas regiões.

Decorrente deste quadro evolutivo, é expectável que no âmbito dos cenários que possam ser desenhados a respeito da evolução do ensino superior politécnico, este passará sempre por um novo enquadramento da investigação no conjunto das atribuições e prioridades definidas para este subsistema de ensino, ainda que relativamente conotadas com uma dimensão da investigação mais próxima de uma vertente de índole aplicada e relativamente dirigida para uma componente mais experimental em setores e domínios em que os diferentes institutos politécnicos entendam ser portadores de capital técnico-científico, inovador e competitivo. Cremos que esse parece constituir hoje o paradigma emergente no ensino superior politécnico, em linha, aliás, com um conjunto de orientações associadas e decorrentes do conhecido e relativamente mediatizado “Compromisso com a Ciência”, complementado posteriormente com a apresentação pública do “Contrato de Confiança no Ensino Superior para o futuro de Portugal”.

Da articulação destes dois documentos é perceptível a afirmação de uma aposta estratégica no ensino superior e na ciência, enquanto alavancas estruturais e produtoras de inovação para o futuro do país, traduzida em metas e objetivos programáticos. Do conjunto

⁶Tendência mais acentuada na sequência da entrada em vigor do atual Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

dessas metas enumeram-se a “abertura social do ensino superior a novas camadas de estudantes jovens e à população ativa”⁷; o reforço da “qualidade”, da “relevância social das formações” e da “empregabilidade”; a ligação “cada vez mais íntima entre o ensino superior e a vida económica, social e cultural do país”; a “internacionalização das instituições”; e o reforço do “papel da atividade científica na sua condução estratégica”.

Prolongando um pouco mais a análise desta última meta, acrescenta-se que a centralidade que se tem observado, quer no discurso político da tutela, quer no discurso académico perceptível no quotidiano das instituições de ensino superior, em torno da importância que comumente se atribui à investigação científica no quadro das instituições politécnicas, o reconhecimento do papel da atividade científica tem sido acompanhado por um amplo conjunto de políticas e de medidas (normalmente promovidas e geridas pela FCT) no sentido de reforçar o investimento público na ciência, a par da criação e da consolidação das condições favoráveis à expansão do investimento de origem privada nos projetos de investigação e desenvolvimento. Adquire também neste novo quadro de financiamento do ensino superior a sua ampliação, mediante, porém, novas contrapartidas e compromissos a cumprir por este último, fixando-se assim as condições de estabilidade desse mesmo financiamento⁸.

Esta nova política de financiamento tem como pressuposto a existência de um enquadramento internacional em torno das questões da ciência em geral e da qualificação académica em particular, traduzida, por exemplo, na necessidade de fixação de recursos humanos qualificados e do produto

⁷ Traduzida, por exemplo, no sistema de acesso ao ensino superior vulgarmente conhecido por “Maiores de 23”.

⁸ Este novo enquadramento da política de financiamento do ensino superior e da ciência, ainda que esteja por fazer uma avaliação mais pormenorizada e distanciada em termos temporais, constitui, para já, uma nova oportunidade de afirmação e de modernização das estruturas do setor, correspondendo, aliás, a um conjunto de expectativas e exigências por parte de alguns intervenientes no campo, incluindo docentes, investigadores e estudantes, sobretudo porque, como se sabe, o problema do ensino superior e das instituições produtoras de investigação científica e tecnológica, tem sido, historicamente, um problema de subfinanciamento.

do seu trabalho, tecnicamente mais informado e qualificado, com resultados que se pretendem incorporados nas dinâmicas económicas, sociais, tecnológicas e culturais nos territórios e nas comunidades envolventes às instituições de ensino superior, em ordem à aproximação de um novo patamar de exigência e de excelência à escala internacional.

No caso específico do ensino superior politécnico, apesar de se verificar na atualidade, de modo relativamente transversal ao universo dos docentes e investigadores, uma grande abertura para a definição de percursos de investigação (de tipo “fundamental” ou “aplicada”, para recuperar a terminologia atrás aludida), de opções por diversas formações pós-graduadas em contextos muito diversificados (num regime mais autónomo ou mais enquadrado em centros e laboratórios de investigação formalmente constituídos ou em fase de consolidação), é notória a existência de uma tónica geral dirigida, de forma mais estreita, para a orientação das prioridades em matéria de I&DT dos institutos politécnicos junto dos respetivos meios empresariais e organizacionais, numa lógica de proximidade com os tecidos económicos e sociais locais, nos territórios das suas áreas de influência, com vista ao desenvolvimento científico e tecnológico do país geral e desses territórios em particular. Para a concretização desta orientação são sugeridas e fomentadas iniciativas que possam culminar na criação e consolidação de unidades de investigação (aplicada), em consonância com as áreas estratégicas de formação e intervenção, tidas como relevantes para o desenvolvimento regional.

Sobre este ponto em particular, é possível encontrar nos documentos programáticos do Ministério da tutela (alguns dos quais ainda em vigor), no domínio específico do ensino superior e da ciência, um conjunto de orientações, metas, medidas e instrumentos concretos, tendo em vista o desenvolvimento científico e tecnológico do país, melhorando a sua posição à escala internacional.

Neste sentido, tendo em conta o rigoroso processo de avaliação internacional dirigido à ação desenvolvida pelas estruturas ligadas ao ensino superior e à ciência, com base em indicadores que medem internacionalmente o grau de desenvolvimento científico e

tecnológico dos países, tem sido assumido nos últimos tempos e de um ponto de vista político, um “compromisso com a ciência”, materializado num conjunto de iniciativas, dirigidas não só aos profissionais de base científica e técnica (investigadores, docentes, especialistas, ...) mas também às organizações públicas e privadas que os enquadram, aos estudantes e às suas famílias, às empresas, bem como à população em geral, visando uma renovação e uma expansão da base social do desenvolvimento científico e tecnológico e, consequentemente, uma promoção e uma apropriação crescente da cultura científica e tecnológica por toda a sociedade portuguesa⁹.

Entre as metas assumidas, as orientações definidas e as medidas preconizadas para a concretização das primeiras no domínio da ciência, destacam-se os seguintes compromissos: no que concerne às metas assumidas: i) “passar de 1000 para 1500 novos doutoramentos por ano, aumentando ainda a fração de doutoramentos em ciências e engenharia”; ii) “aumentar em 50 % a produção científica referenciada internacionalmente, passando de 400 para 600 publicações científicas por milhão de habitantes e por ano”; iii) “duplicar o investimento público em investigação científica, passando de 0,5 % para 1,0 % do PIB”; iv) “triplicar o investimento privado em I&D, que em 2003 era apenas de 0,24 % do PIB”.

No capítulo das orientações: i) “apostar nos recursos humanos e na cultura científica e tecnológica”; ii) “apostar nas instituições de I&D, públicas e privadas, no seu reforço, responsabilidade, organização e infraestruturação em rede”; iii) “apostar na valorização económica da investigação”.

No âmbito das medidas preconizadas, salientam-se apenas as que revelam uma relação estreita com o domínio da investigação, designadamente: i) “dinamização do programa de projetos de investigação em todos os domínios científicos, selecionados em competição aberta e avaliados internacional-

⁹Prova disso mesmo é o impacto assinalável em múltiplos domínios das iniciativas enquadradas no Programa Ciência Viva, dirigido a vários públicos, visando a divulgação da ciência em particular junto dos estudantes do ensino básico e secundário num processo que tem ganho – segundo alguns autores – as características de um “movimento social”, sem paralelo na sociedade portuguesa. Ver a este respeito Costa et. al., 2005.

mente”; ii) “revisão do programa de financiamento plurianual de todos os centros de I&D reconhecidos por avaliação internacional”; iii) “projetos de I&D orientados para apoio às políticas públicas (riscos naturais e ambientais, transformações sociais,...)”; iv) reforço e dinamização do programa de investigação em consórcio entre empresas e centros de I&D”; v) “programa de reequipamento científico das instituições científicas e do ensino superior”; vi) “criação de redes de parcerias internacionais de ciência e tecnologia (C&T) de grande dimensão, compreendendo instituições de ensino superior e de investigação, assim como empresas, em associação com organizações científicas internacionais, universidades estrangeiras e outras entidades científicas e tecnológicas de topo”; vii) programa de redes temáticas de investigação, visando a integração de capacidades, a formação avançada, a demonstração, a difusão e a cooperação internacional”; viii) “liberdade de participação de doentes e investigadores em centros de investigação reconhecidos, públicos e privados, exteriores à instituição de ensino superior a que pertencem”; ix) “e maior integração de estudantes de licenciatura e mestrado, como jovens investigadores, em projetos de I&D” (in MCTES, Um compromisso com a Ciência para o futuro de Portugal, 2005).

No cômputo geral, tanto as metas, como as orientações e as medidas assumidas, quer no plano nacional, quer internacional, convergem para um conjunto de mudanças estruturais no campo da ciência, no âmbito das quais tem sido assumido uma maior dinamização de instrumentos de apoio ao financiamento, equipamento e funcionamento, em rede, dos centros e unidades de investigação acreditadas pela FCT, no âmbito de uma reforma que está em curso, permitindo por essa via uma melhor e mais segura resposta do sistema científico aos desafios colocados no quadro da complexidade social, económica, tecnológica e cultural, que caracterizam as sociedades contemporâneas.

2. A investigação científica em Portugal e na região do Alto Alentejo: O que revelam as estatísticas?

Reflexo da recente dinamização do campo da ciência e do ensino superior e do

consequente reforço do investimento em vários domínios específicos, designadamente no fomento do emprego científico e no aumento da qualificação do corpo docente do ensino superior em Portugal no seu conjunto, têm sido produzidos alguns resultados que, longe de colocarem o país no topo dos rankings de C&T, merecem, contudo, uma apreciação globalmente positiva, na sequência dos processos de avaliação internacional¹⁰.

Com efeito, o impacto do reforço da capacidade científica e tecnológica nacional tem sido medido com base num conjunto de indicadores de elevado grau de exigência internacional. Seleccionamos apenas dois como ilustração: a taxa de crescimento do n.º de publicações referenciadas internacionalmente por milhão de habitantes, entre o ano de 2004 e 2008; e a evolução da taxa de emprego científico e qualificação do corpo docente no ensino superior português.

No que concerne ao primeiro, o aumento da produção científica nacional referenciada internacionalmente, atingiu as 12.108 publicações em 2008 (por método de contagem global), tendo este número representado, em termos percentuais, uma variação positiva na ordem dos 68 % no período de 2004 a 2008 (traduzindo-se numa taxa de crescimento anual de 12 %), significando um dos maiores crescimentos no conjunto dos países da União Europeia, cuja taxa média de crescimento se situou nos 35 % (GPEAR/MCTES, 2010:1). Acresce o facto de esta tendência ser transversal à generalidade das áreas científicas para o mesmo período, conforme é evidenciado pelo indicador “taxa de crescimento das publicações científicas portuguesas por área científica, 2004-2008” (quadro 1).

¹⁰No que se refere especificamente ao financiamento das instituições de investigação científica, entre 1996 e 2007, é possível observar um acréscimo global do financiamento, passando de 7,5 milhões de euros para 75,6 milhões de euros, motivado pela política científica entretanto posta em execução, bem como pela adoção de um novo modelo de avaliação e de financiamento e ainda pela criação dos Laboratórios Associados. Paralelamente, acresce um outro dado: o aumento do número de investigadores equivalente a tempo integral (ETI), pertencentes às unidades financiadas pela FCT, na ordem dos 53 % (passando de 5744 em 2000 para 10835 em 2007, contemplando apenas o universo dos doutorados), traduzindo-se este crescimento, não só num reforço quantitativo, mas sobretudo qualitativo (FCT, 2010).

Quadro 1 – Taxa de crescimento das publicações científicas portuguesas por área científica, 2004-2008

Área científica	Taxa média de crescimento (%)
Ciências Exatas e Engenharias	19
Ciências Naturais e Agrárias	71
Ciências Médicas e da Saúde	68
Ciências Sociais e Humanas	85

Fonte: GPEARI / MCTES, (2010).

Uma das explicações para este crescimento contínuo do número de publicações nacionais referenciadas internacionalmente relaciona-se com o aumento do número de investigadores e de despesa de I&D, sobretudo a partir do ano 2006; mas também decorre, tanto da produtividade científica, como da eficácia do sistema científico quando contabilizado em termos internacionais.

Em relação ao segundo indicador, que traduz uma tendência igualmente crescente de qualificação do corpo docente das instituições de ensino superior, explica-se pela prioridade conferida ao desenvolvimento científico e tecnológico do país, acompanhada por uma dinâmica de mobilização da comunidade científica nacional, em crescimento e em diversidade, no âmbito internacional. Este indicador mostra que em Portugal a comunidade científica tem um perfil sinteticamente caracterizado do seguinte modo: “jovem, fortemente internacionalizada, equilibrada entre homens e mulheres¹¹, muito produtiva e em franco crescimento” (idem:3).

Para além destas características, de acordo com os dados disponíveis, foram registados em 2008 cerca de 1500 novos doutoramentos, traduzindo um aumento de 50 % face a 2003, tendo em conta que 51 % desses doutoramentos foram realizados por mulheres – uma

¹¹ Neste domínio em particular, Portugal ocupa o primeiro lugar no que refere à presença de mulheres no total de investigadores em países da OCDE, atingindo os 44 %, considerado um valor inédito a nível europeu, em 2007 (GPEARI/MCTES, 2010).2009 (idem).

das percentagens mais elevadas da Europa. Paralelamente, importa referir que a percentagem de docentes doutorados do ensino superior público universitário atingiu o valor de 66 % em 2008 (em 2004 era apenas de 54 %), correspondendo a 34 % no ensino superior privado e cerca de 17 % ao ensino superior politécnico público.

O aumento da despesa em I&D e da base científica nacional reflete-se igualmente num outro conjunto de domínios, designadamente: no envolvimento crescente das empresas em atividades de I&D; no empreendedorismo e comercialização de ciência e tecnologia; no número de patentes portuguesas publicadas no registo europeu; na evolução da atividade de I&D pelas empresas; e na contratação de investigadores doutorados, incluindo investigadores estrangeiros¹². Este último dado permitiu contribuir não só para concretizar as aspirações de jovens investigadores no âmbito do sistema científico, como possibilitou rejuvenescer o corpo de investigadores das instituições de I&D, para além de ter contribuído significativamente para o reforço da capacidade das mesmas instituições no plano da competitividade internacional.

Os avanços medidos no setor da C&T que os indicadores atrás referenciados mostram para o conjunto do país, traduzidos numa cultura científica e num movimento social com muitas e significativas repercussões em vastos setores da sociedade portuguesa (escolas, jovens, empresas, organizações da sociedade civil e população em geral), não são traduzidos de forma idêntica e com iguais impactos nas diferentes regiões do país. Efetivamente, num olhar à escala micro e na sequência de uma análise mais fina dos mesmos indicadores, é possível encontrar algumas assimetrias e desigualdades no acesso aos recursos financeiros, organizacionais, logísticos e humanos imprescindíveis à produção científica e tecnológica que, em conjunto, convergem para uma realidade fortemente contrastante entre, por um lado o país no seu todo e, por outro lado, as suas regiões em particular. Muitas dessas assimetrias reproduzem, aliás, outras já consideradas clássicas, como por exemplo, a que se verifica a

¹² Contabilizaram-se mais de 1200 contratos no final de 2009 (idem).

nível territorial, opondo uma região litoral mais urbanizada, economicamente mais dinâmica e socialmente mais rejuvenescida no tocante à sua população ativa, face a um território do interior, demograficamente envelhecido, em declínio populacional, economicamente desvitalizado e deprimido no contexto da economia nacional e internacional.

A associar a estas desvantagens estruturais, acrescem outras evidenciadas de modo específico no domínio das atividades de I&D e correspondente ao diminuto impacto social, económico e tecnológico proporcionados nas regiões de influência, quer das instituições de ensino superior, quer dos centros de investigação e inovação, em número reduzido, aí sedeados.

Tomemos como ilustração a região do Alentejo e especificamente a região do Alto Alentejo, território onde a ESE/IPP desempenha a sua missão, selecionando apenas alguns indicadores (quadro 2 e 3).

Numa leitura global e transversal aos indicadores de I&D por NUTS II e III, é notória a diferença entre as regiões do país, as quais se acentuam muitas vezes no interior destas, quando analisadas de forma mais pormenorizada. No caso que interessa examinar e ilustrar – a região Alentejo e mais especificamente o Alto Alentejo – observa-se que, invariavelmente, constituem as regiões menos bem posicionadas no conjunto das regiões do país, quer tomemos em consideração o conjunto de indicadores que medem percentualmente, por exemplo, a “repartição da despesa total em I&D no ensino superior e o “pessoal em I&D na população ativa”, quer analisemos em números absolutos os indicadores como: “os diplomados do ensino superior em C&T por mil habitantes (20-29 anos)”; “o número de doutorados em C&T por mil habitantes (25-34 anos)”; o “número de unidades de investigação”; ou ainda, “a despesa em I&D no setor de execução do ensino superior”.

Com efeito, não só as assimetrias regionais e as desigualdades no acesso aos recursos e às condições privilegiadas se concentram num número muito reduzido de regiões do país; como, adicionalmente, se verifica que em termos de recursos humanos mais qualificados (licenciados e doutorados), a região Alentejo e,

de modo particular, a região do Alto Alentejo, apresentam valores manifestamente incipientes no quadro mais alargado do país. Acresce o facto de, no interior da própria região Alentejo, se destacar a sub-região do Alentejo Central, que, pela dinâmica mais alargada em torno da sua universidade acaba por sobressair no âmbito dos restantes territórios geograficamente mais próximos.

Quadro 2 – Indicadores de I&D por NUTS II e III, 2005 e 2007

	Despesa em I&D (%) (2005)	Repartição da despesa total em I&D: Ens. Sup. (%) (2005)	Pessoal em I&D na população ativa (%) (2005)	Investigadores (ETI) em I&D na população ativa (%) (2005)	Diplomados do Ens. Sup. em C&T por mil hab. (20-29 anos) (N.º) (2007)	Doutorados em C&T por mil hab. (25-34 anos) (N.º) (2007)	Unidades de Investigação (*) (N.º) (2007)	Despesa em I&D por setor de execução: Ens. Sup. (milhares de euros) (2007)
Portugal	0,81	35,4	0,46	0,38	14,2	0,42	2179	425 187
Continente	0,83	35,3	0,47	0,39	15,0	0,44	2123	415 078
Norte	0,69	40,4	0,33	0,26	12,4	0,32	608	116 033
Centro	0,66	48,0	0,35	0,29	15,3	0,44	499	89 524
Lisboa	1,17	27,6	0,89	0,75	20,7	0,67	869	177 782
Alentejo	0,47	44,3	0,25	0,19	9,7	0,11	112	20 780
Alentejo Litoral	0,04	32,7	-	-	0,0	0,00	12	244
Alto Alentejo	0,25	21,0	-	-	7,6	0,00	12	772
Alentejo Central	1,10	70,2	-	-	20,0	0,50	52	15 781
Baixo Alentejo	0,36	47,1	-	-	15,1	0,00	15	2 539
Lezíria do Tejo	0,48	9,9	-	-	4,8	0,00	21	1 445
Algarve	0,21	85,4	0,21	0,20	10,5	0,40	35	10 958
Açores	0,37	59,3	0,32	0,26	1,1	0,12	30	6 705
Madeira	0,28	27,6	0,24	0,14	2,3	0,19	26	3 404

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2007.

ETI = Em tempo integral.

(*) Inclui Ensino Superior, empresas, Estado e instituições privadas sem fins lucrativos.

Quadro 3 – Despesas em I&D a preços correntes, segundo áreas científicas ou tecnológicas, por NUTS II e III, 2005 (em milhares de euros)

	Ciências Exatas	Ciências Naturais	Ciências de Engenharia e Tecnologia	Ciências da Saúde	Ciências Agrárias e Veterinárias	Ciências Sociais e Humanas
Portugal	86 811	98 462	207 158	86 822	88 636	171 207
Continente	84 609	9 674	204 518	86 379	80 910	168 207
Norte	15 500	19 388	52 126	29 206	14 946	41 825
Centro	19 324	12 642	27 773	16 564	6 397	33 782
Lisboa	45 887	51 859	119 947	40 158	48 083	82 138
Alentejo	2 928	4 184	2 962	223	9 261	7 885
Alentejo Litoral	0	231	0	0	12	0
Alto Alentejo	221	0	254	47	2 324	311
Alentejo Central	2 538	3 529	1 321	94	2 621	5 805
Baixo Alentejo	100	305	1 162	33	1 172	1 191
Lezíria do Tejo	69	120	224	50	3 232	578
Algarve	971	4 600	1 712	227	2 222	2 576
Açores	980	4 255	1 513	99	1 881	2 425
Madeira	1 222	1 533	1 126	345	5 845	576

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2007.

Se a este retrato estatístico juntarmos um olhar dirigido ao indicador “despesas em I&D a preços correntes, segundo áreas científicas ou tecnológicas”, em 2005, os números apresentados revelam um conjunto de défices de qualificação mais avançada praticamente transversal a todas as áreas do conhecimento científico, que fragilizam, também por esta via, as necessárias dinâmicas de empreendedorismo e de mudança social e económica, normalmente expectáveis aquando da existência de recursos humanos técnica e cientificamente mais qualificados.

Em síntese, o que estes indicadores estatísticos mostram, numa perspetiva abrangente, é um quadro macrossocial e científico-tecnológico assimétrico a nível nacional, fortemente penalizador no que respeita às regiões do interior e, especificamente no caso da região Alentejo e do Alto Alentejo, uma combinatória de fatores estruturais que em nada facilitam e promovem o desejável desenvolvimento de atividades de I&D e, conseqüentemente, a mudança social nos respetivos territórios e comunidades.

Perante este conjunto de variáveis e de condições genericamente obstaculizadoras de um desejável contexto qualificacional, científico, tecnológico e económico mais competitivo, impõem-se duas interrogações: qual o lugar, o papel e a margem de atuação para uma instituição de ensino superior, localizada num território pouco competitivo e qualificado em termos de C&T, como é o caso da ESE/IPP? Como pensar o seu futuro em termos do potencial contributo que esta pode proporcionar no domínio da I&D?

Um olhar cruzado dirigido aos vários normativos legais que enquadram o setor do ensino superior e das estruturas ligadas às atividades de I&D fornece algumas pistas de reflexão com utilidade para a discussão e solução deste problema.

3. As propostas de âmbito legislativo em matéria de investigação no ensino superior: contextos e orientações

Se por via de uma análise estatística, centrada nos indicadores de C&T e de I&D, é possível observar uma realidade contrastante, entre por um lado os avanços e as taxas de

crescimento dos principais indicadores a nível nacional e internacional e, por outro lado, uma desigual distribuição de capacidades e recursos (financeiros, humanos e organizacionais) à escala das diferentes regiões do país; uma análise dirigida à legislação que enquadra, tanto o ensino superior, como as estruturas mais diretamente vocacionadas para as atividades de investigação científica, verifica-se, por mais que uma vez, uma convergência e até sobreposição do articulado legal em torno da importância estratégica associada a uma maior aposta no domínio da produção científica. É o caso dos documentos: RJIES – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (Lei n.º 62/2007), do Regime Jurídico das Instituições de Investigação Científica (DL n.º 125/99), do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (DL n.º 207/2009), dos Estatutos do IPP (Despacho Normativo 39/2008) e, por fim, dos Estatutos da ESE/IPP (Despacho 24222/2009).

Todos estes normativos legais estabelecem orientações, nuns casos em sentido mais genérico, noutros estabelecendo princípios mais específicos, embora fortemente relacionados e transversais aos mesmos documentos, no que concerne às questões diretamente relacionadas com a I&D. Tomemos como ilustração algumas dessas articulações.

A começar pelo Regime Jurídico das Instituições de Investigação Científica, salienta-se, desde logo no seu preâmbulo, a possibilidade de abertura “aos mais variados modelos institucionais e formas jurídicas, aceitando-se e, mais do que isso, estimulando-se a diversidade como fator de enriquecimento e desenvolvimento do sistema científico nacional”. Este grau de abertura do ponto de vista jurídico impõe, no entanto, a consagração de um “modelo de acompanhamento e avaliação científica, técnica e financeira regular e independente das instituições desta natureza, de as vincular a objetivos de difusão da cultura científica e tecnológica, de garantir a otimização de recursos humanos e materiais que lhes estejam cometidos e de promover a formação dos recursos humanos e a cooperação institucional” (idem).

No seu artigo 2.º pode conhecer-se os diferentes tipos de instituições enquadráveis no mesmo normativo legal, as quais podem ser “laboratórios do Estado”, “outras institu-

ições públicas de investigação” (que reúne a generalidade dos centros de I&D ligados às universidades e institutos politécnicos) e, por último, “instituições particulares de investigação”. Independentemente do tipo, embora salvaguardando algumas especificidades que o legislador acautelou, as diferentes instituições dedicadas a atividades de I&D são obrigadas a respeitar alguns princípios (artigo 11.º), com particular destaque para: i) “acompanhamento e avaliação científica técnica e financeira regular e independente”; ii) “difusão da cultura científica e tecnológica”; iii) “otimização dos recursos disponíveis”. No domínio dos fatores de avaliação a que as mesmas instituições têm de atender (artigo 29.º), salientam-se, de modo particular, os que remetem para: i) “os resultados e o sucesso da atividade científica e tecnológica desenvolvida, bem como a eficiência da instituição na obtenção desses resultados com os recursos disponíveis”; ii) “os resultados e o sucesso obtidos com a prestação de serviços a entidades externas, públicas e privadas, e com atividades de certificação, normalização, regulamentação, peritagens e outras”; iii) “a internacionalização das suas atividades”; iv) “a cooperação efetiva com outras instituições”; v) a difusão dos resultados da atividade da instituição junto dos utilizadores e da sociedade em geral (...) visando o reforço da educação científica de base).

Analisando o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, é possível identificar um conjunto de referências explícitas, transversais ao documento, às questões da investigação científica, desde logo no capítulo das atribuições das instituições de ensino superior (artigo 8.º), algumas das quais se transcrevem, designadamente as alíneas: “c) realização de investigação, apoio e participação em instituições científicas”; “d) transferência e valorização económica do conhecimento científico e tecnológico”; e “f) prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento”.

No caso específico do subsistema do ensino superior politécnico (artigo 7.º) esta componente de I&D é explicitada de forma clara ao associá-la à vocação predominante destas instituições ligada à formação de alto nível qualificacional conforme se transcreve: “Os institutos politécnicos e demais institu-

ções de ensino politécnico são instituições de alto nível orientadas para a criação, transmissão e difusão da cultura e do saber de natureza profissional, através da articulação do estudo do ensino, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental”. O conteúdo desta redação é prolongado no artigo 44.º, no qual, um dos requisitos dos institutos politécnicos corresponde ao desenvolvimento de “atividades de investigação orientada” e, posteriormente, no artigo 115.º, relativo às receitas, onde se pode ler que entre estas se inclui as receitas “provenientes de atividades de investigação e desenvolvimento” (alínea e)).

Em estreita articulação com o RJIES, os estatutos, tanto do IPP, como da ESE/IPP, reproduzem, no essencial, o conteúdo do articulado espelhado no primeiro documento, designadamente nos artigos onde são feitas referências específicas e diretas às questões da investigação científica. É o caso dos artigos relativos às atribuições de uma e outra instituição, aos seus órgãos de natureza científico-pedagógica, caso do Conselho Académico para o IPP e do Conselho Técnico-Científico para a ESE/IPP.

Do conjunto destes dois documentos legais, destacaríamos apenas no âmbito dos estatutos do IPP, designadamente na caracterização da sua estrutura interna – capítulo II, artigo 7.º, alínea b) – onde se refere que entre as suas unidades e serviços, surge como estrutura enquadrável os “centros de investigação e desenvolvimento experimental”, possibilidade que é reiterada, mais à frente, no ponto 7 do seu artigo 8.º, onde se pode ler: “O Instituto disporá de um Centro de Investigação e Desenvolvimento, cuja localização, organização, estrutura, funcionamento e objetivos serão fixados pelo Conselho Geral. O Centro visará o desenvolvimento de atividades de investigação científica, sob a responsabilidade de docentes do IPP, a divulgação pública dos seus resultados e, nos casos que tal seja possível e desejável, a sua aplicação às atividades da comunidade envolvente, visando o desenvolvimento local, regional e nacional, bem como a expansão do conhecimento científico”.

Já nos estatutos da ESE/IPP, embora uma parte da redação dos capítulos com referências diretas ao mesmo assunto seja reproduzida igualmente neste documento, é

feita referência de forma explícita ao respetivo Conselho Técnico-Científico, órgão que, no âmbito das suas competências, compreende a definição da “política de investigação da ESEP” e a “política de intervenção e prestação de serviços à comunidade (artigo 23.º, alíneas y) e z)).

Para além deste órgão, também um conjunto de estruturas científicas e pedagógicas são chamadas a ter um papel ativo na prossecução da política de investigação da escola. É o caso das Áreas Científicas, constituindo “estruturas orgânicas científico-pedagógicas que agrupam recursos humanos e materiais de grandes áreas do conhecimento e que se destinam a assegurar a organização, gestão e implementação da formação inicial, contínua, especializada, da investigação e da intervenção socioeducativa, da prestação de serviços à comunidade e da divulgação do saber nos domínios que lhes são próprios” (artigo 51.º).

Também os novos departamentos da escola, pensados e organizados segundo uma lógica distinta da que prevalecia ao abrigo dos anteriores estatutos, passam a ter um papel fundamental, já que a eles cabe também despoletar os processos de reflexão tendentes à emergência de projetos de investigação no âmbito das áreas de atuação e dos cursos que lhes são afetos. Essa missão surge, aliás, por duas vezes no âmbito das suas competências, nas alíneas b) “propor políticas a desenvolver nos domínios da formação, investigação e intervenção socioeducativa” e e) “promover, apoiar e coordenar projetos de investigação e de intervenção socioeducativa” (artigo 49.º). Prevê-se ainda no mesmo documento a criação de um gabinete de projetos, visando “o apoio logístico à organização e gestão administrativa de projetos de formação, investigação e intervenção socioeducativa”, coordenado pelo Diretor da escola (artigo 62.º).

No âmbito geral, os diferentes normativos sumariamente analisados revelam, com efeito, um fio condutor particularmente explícito e atento à necessidade de conferir às questões da I&D uma dinâmica mais forte e mais visível, no plano, quer da produção de conhecimento científico, quer nos mecanismos de divulgação do mesmo conhecimento, em ordem a contribuir para uma cultura científica socialmente mais ampla.

Esta análise articulada não pode ser dissociada de uma referência ao estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, no qual surge de forma clara e objetiva, no quadro das funções dos docentes do ensino superior politécnico: “realizar atividades de investigação, de criação cultural ou de desenvolvimento experimental; e “participar em tarefas de extensão, de divulgação científica e tecnológica e de valorização económica e social do conhecimento” (Artigo 2.º-A, alíneas b) e c))¹³. Paralelamente, ainda no mesmo normativo legal, mas agora no quadro dos deveres do pessoal docente, a temática da investigação volta a ser objeto de referência, designadamente no Artigo 30.º-A, alínea d): “manter atualizados e desenvolver os seus conhecimentos culturais e científicos e efetuar trabalhos de investigação, numa procura constante do progresso científico e técnico e da satisfação das necessidades sociais”.

Em síntese, apesar das referências à investigação científica nos documentos legais atrás explicitados não constituírem um tema desconhecido face ao anterior quadro legislativo, a leitura que se pode fazer, encaminhando-nos para a perceção de uma maior articulação e de uma mais nítida convicção da centralidade que as atividades de I&D passaram a assumir, atualmente, no âmbito das incumbências atribuídas aos docentes do ensino superior, independentemente do subsistema (universitário ou politécnico) a que pertençam.

4. A investigação na ESE/IPP: rumo a um novo enquadramento institucional (Centro de Investigação) – perspectivas em discussão e potencialidades

Neste último ponto da análise propomo-nos apresentar, em traços largos, algumas considerações centradas nas questões da investigação, mas agora dirigidas para os desafios/opportunidades que se podem esperar de uma Escola Superior de Educação como a ESE/IPP, nos próximos anos.

Como procurámos demonstrar, as questões da investigação têm estado presentes no âmbito da missão, das atribuições e dos

¹³No âmbito do aditamento ao Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico.

objetivos do ensino superior politécnico, no qual se enquadra a generalidade das Escolas Superiores de Educação, ressurgindo mais recentemente enquanto área de investimento/atuação central, a par das atividades de formação qualificada dos seus públicos.

Atendendo a que a história da investigação no ensino superior politécnico não começou com a recente reforma do setor, no caso específico da ESE/IPP, esta área de trabalho e de investimento, por parte dos seus docentes, tem sido relativamente concretizada, na maioria dos casos, de forma relativamente autónoma e individualizada, em função dos interesses e calendários pessoais dos próprios docentes/investigadores¹⁴. Por esta razão, seria desonesto e eticamente errado subvalorizar, ou até mesmo ignorar, o património de saberes e de experiências levadas a cabo pelas diferentes gerações de colegas docentes e colaboradores que, desde a fundação da escola, contribuíram para a dinâmica dos processos de investigação científica, concretizados e com produtos científicos entretanto produzidos e disseminados.

Julgamos que não será necessário, nem tão pouco se justificaria, elencar no âmbito deste texto, todos os trabalhos de natureza científica e experimental que constituem o acervo patrimonial desta escola em matéria de investigação, a qual, embora relativamente dispersa pelo conjunto das áreas científicas que a compõem, surgem agregadas a um denominador comum associado às questões da educação e da formação (como não poderia deixar de ser, atendendo à sua matriz original) bem como às novas áreas do saber, convertidas em ofertas formativas: animação sociocultural, jornalismo e comunicação, turismo, serviço social, educação artística, educação e formação de adultos; a par de uma recente geração de cursos de 2.º ciclo (mestrado): Formação de Adultos e Desenvolvimento Local, Jornalismo, Cultura e Comunicação¹⁵.

¹⁴ Apesar das dificuldades, das contrariedades e do défice de condições estruturais pouco facilitadoras de uma prática mais regular, organizacional e consistente neste domínio, convergentes com as que enunciámos no primeiro apontamento deste texto.

¹⁵ Acresce a esta lista o curso de 2º Ciclo em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco, com a sua primeira edição no ano letivo 2011/2012 e um outro curso também de 2º ciclo, em fase de preparação para candidatura à A3ES, na área da Gerontologia, em parceria com a Escola Superior de Saúde do IPP.

Porém, importa recordar uma iniciativa levada a cabo no biénio 2007/2008, traduzida na Jornada sobre investigação à escala do IPP, numa lógica de cooperação interescolas, tendo como denominador comum as práticas de I&D levadas a cabo nas quatro unidades orgânicas que compõem o instituto¹⁶; e no recente movimento de aposta na frequência de programas de doutoramento do respetivo corpo docente.

Se no primeiro exemplo invocado aquela iniciativa reuniu cerca de dezoito comunicações e trinta pósteres, sobre os mais variados temas e áreas científicas inerentes aos domínios de formação, investigação e extensão educativa do IPP, no que se refere à dinâmica gerada em torno dos processos de doutoramento, muito embora esta decorra motivada pelas exigências apontadas atrás e decorrentes da reforma do ensino superior, constitui também, uma nova oportunidade de afirmação, inovação e consolidação de uma área de investimento, cada vez mais objeto de preocupação e de envolvimento por parte dos docentes do IPP. No que concerne especificamente à ESE, os dados entretanto disponíveis apontam para a existência de treze docentes doutorados e de vinte e quatro com processos de doutoramento em curso, correspondendo respetivamente a 18 % e a 33 % do universo de 72 docentes¹⁷.

Parece-nos justo reconhecer que constituem números manifestamente reduzidos face ao que seria desejável. Porém, se os considerarmos no seu conjunto, implica reconhecer igualmente que cerca de metade do corpo docente da escola (51 %), já concluiu ou está em vias de concluir o doutoramento, embora com diferentes ritmos e calendários, configurando uma dinâmica, apesar de tudo assinalável e reveladora de expectativas positivas face às novas exigências do ponto de vista do enquadramento legal que atrás aludimos, a respeito das questões da investiga-

¹⁶ Importa acrescentar a este respeito que, anos mais tarde, em finais de 2010, uma outra iniciativa similar, organizada e levada a cabo por uma estrutura recentemente criada no âmbito do IPP, teve lugar o II Seminário de I&DT. Consolidar o conhecimento, perspetivar o futuro, reunindo, em vários painéis temáticos, meia centena de comunicações protagonizadas pelos docentes/investigadores do IPP, a partir das respetivas e atuais áreas de interesse e de investimento científico.

¹⁷ Segundo os dados administrativos disponíveis e à data da apresentação desta comunicação.

ção científica no quadro de atuação dos institutos politécnicos.

Esta dinâmica constitui o mote para a apresentação de um conjunto de reflexões em torno de um projeto institucional, em fase de discussão e arranque no âmbito do IPP, com reflexos esperados também na ESE, e que passará a balizar – em nosso entender – os próximos anos no que se refere às atividades de I&D que venham a germinar e a concretizar.

Recorde-se que, aquando da referência aos estatutos do IPP, se assinalou a intenção de criar um centro de investigação e desenvolvimento, transversal às várias áreas científicas patentes nas diferentes escolas que o compõem. Essa intenção, traduzida num projeto já em fase de discussão, visando precisamente a sua materialização a curto prazo, constituirá, após a sua formalização e entrada em funcionamento, um novo quadro institucional enquadrador de todas as atividades de I&D desenvolvidas nas respetivas escolas.

Uma primeira reflexão dirigida à componente da investigação científica a desenvolver futuramente na ESE envia-nos para a impossibilidade desta passar à margem daquele enquadramento institucional emergente. Aliás, cremos mesmo que será incontornável não traduzir os interesses, as oportunidades e as disponibilidades em matéria de I&D dos docentes da ESE no âmbito da missão, das atribuições e dos objetivos previstos para o referido centro de investigação, claro que, sem que este processo prejudique ou inviabilize a autonomia – consagrada em termos legislativos – de qualquer docente/investigador em optar por enquadrar os seus projetos e demais atividades de investigação no âmbito de outros centros de investigação a que já pertença, ou com os quais colabore de forma mais ou menos regular.

Esse projeto começa a ter um rosto e uma estrutura que, embora se encontre num processo de discussão e maturação do ponto de vista regulamentar e do respetivo planeamento de atividades de I&D, permite perspetivar o futuro da investigação científica do IPP, e especificamente da ESE, numa escala muito diferente da que temos vindo a assistir e a materializar.

Falamos do projeto denominado C3I (Centro Interdisciplinar de Investigação e

Inovação), de cujas características e especificidades daremos conta a seguir.

Do ponto de vista da sua missão, esta dirige-se para a possibilidade que encerra de “promoção de trabalhos de investigação, inovação e desenvolvimento tecnológico na perspetiva do desenvolvimento regional em todos os domínios patentes no instituto” (IPP, 2010) que vão desde as engenharias e tecnologias às ciências sociais e humanas, passando pelas áreas científicas ligadas às ciências agrárias e às ciências da saúde, numa perspetiva precisamente interdisciplinar, sem prejuízo das abordagens mais centradas, ora num, ora noutro dos domínios científicos contemplados.

No que se refere aos seus objetivos estratégicos (ainda em fase de discussão e afinação) perspetivam-se, para já, os seguintes:

i) “Promover projetos de investigação científica e tecnológica com elevado impacto no desenvolvimento regional através de abordagens integradas, holísticas e inovadoras”;

ii) “Fomentar a interdisciplinaridade através da colaboração, quer entre as unidades orgânicas do IPP, quer com outras unidades de investigação nacionais ou estrangeiras”;

iii) Proporcionar formação ao nível mais elevado de recursos humanos que desejem iniciar uma carreira científica;

iv) Fomentar a difusão do conhecimento científico e tecnológico, nomeadamente através da realização de eventos técnico-científicos [congressos, seminários, encontros,...], ações de formação, divulgação e de prestação de serviços à comunidade”;

v) “Dinamizar as diferentes linhas de atuação através da captação de recursos financeiros junto de entidades, públicas ou privadas, potencialmente financiadoras”;

vi) “Imprimir em todas as atividades desenvolvidas, nomeadamente nos projetos de I&DT, uma cultura de qualidade [e exigência] segundo os padrões internacionalmente aceites, e visando o comprometimento com a missão institucional, a criatividade, a honestidade e conduta ética, o respeito pela pessoa e suas opiniões, o espírito de parceria e partilha, e a procura de soluções técnica, económica e socialmente sustentáveis” (idem).

Para a operacionalização destes objetivos e atendendo ao caráter interdisciplinar e à diversidade de áreas científicas envolvidas, a fórmula em estudo passa pela criação de dois núcleos de investigação, de acordo com os domínios de formação e de pesquisa atualmente existentes no IPP. Assim e sem prejuízo de, no futuro, ser repensado o modelo agora perspectivado, irão ser constituídos dois núcleos, na base de afinidades técnico-científicas e de projetos de investigação em curso. Esses núcleos são: o Núcleo de Sistemas Sustentáveis de Energia, Agricultura e Ambiente (BioEnergia), agregando as áreas de investimento científico das escolas Superior de Tecnologias e Gestão e Superior Agrária de Elvas, por um lado; e o Núcleo de Estudos para a Intervenção Social, Educação e Saúde (NEISES), associando as escolas Superior de Educação e Superior de Saúde de Portalegre, por outro lado.

Pormenorizando este último núcleo, uma vez que se integrará a atividade de I&D diretamente relacionada com a ESE, estão perspectivadas algumas linhas de investigação para discussão e afinação interna, recobrando, grosso modo, as principais áreas de estudo e formação especializada, mais tradicionais e mais recentes de ambas as escolas envolvidas. As linhas de investigação, propostas à discussão interna, são as seguintes:

– **Território, Comunidades e Desenvolvimento**

(integrando projetos e estudos alicerçados nos seguintes temas:

populações; identidades e mobilidade; património; turismo; desenvolvimento local; desigualdades e vulnerabilidades sociais; qualidade de vida e estilos de vida saudáveis das populações);

– **Educação e Formação**

(integrando projetos e estudos alicerçados nos seguintes temas:

educação; formação de professores; educação e necessidades especiais; educação e desenvolvimento do indivíduo; educação ambiental; educação em saúde; educação para a saúde; saúde escolar; estudos curriculares; supervisão; qualificação; identidades profissionais; formação de adultos

e desenvolvimento local; níveis de educação, literacia e práticas culturais);

– **Economia Social e Organizações**

(integrando projetos e estudos alicerçados nos seguintes temas:

parcerias; inovação social e empreendedorismo; modelos de organização e governo em saúde e em educação; economia social e voluntariado; profissões e organizações da saúde, educação e mediação social; políticas públicas de educação e saúde; estudos de avaliação; planeamento; economia regional e do desenvolvimento local);

– **Arte, Cultura e Comunicação**

(integrando projetos e estudos alicerçados nos seguintes temas:

estética; estudo dos media; produção e receção cultural; públicos da arte e da cultura; políticas culturais; línguas e culturas; estudos sobre cultura contemporânea; media, publicidade e identidades)¹⁸.

No capítulo dos recursos humanos que serão convidados a integrar o centro e a contribuir para a sua operacionalização, está previsto em sede de regulamento, na sua redação inicial, três possibilidades, em linha, aliás, com o que é proposto nos normativos em vigor, decorrentes da legislação e dos regulamentos da FCT. Essas possibilidades são:

i) Os Membros Integrados, correspondendo a “todos os doutorados que exercem no IPP atividades de docência e investigação relacionada com os objetivos do Centro, bem como outros elementos, nacionais ou estrangeiros, possuidores de curriculum científico de elevado mérito que colaborem com projetos e iniciativas do Centro”;

ii) Os Membros Colaboradores, integrando “aqueles que são detentores de outros graus académicos e que exercem no IPP atividades de investigação relacionadas com os objetivos do Centro e que manifestem interesse em integrá-lo”;

¹⁸ Estas linhas de investigação correspondem à proposta inicial para discussão alargada às áreas científicas e aos órgãos de gestão das escolas envolvidas. Devem ser, por isso, entendidas enquanto propostas, perspectivando-se que sofram alterações, quer em termos de terminologia, quer em termos de conteúdo, ao longo percurso institucional do C3I.

iii) Os Bolseiros, englobando “os investigadores que cumpram o Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica definido pelo Decreto-Lei n.º 40/2004 e o Regulamento de Bolseiro do IPP, que tenham atividade relacionada com o Centro” (idem).

Em face deste conjunto de princípios, metas e fórmulas de operacionalização do projeto institucional para enquadramento das atividades de I&D do IPP em geral e da ESE em particular – C3I –, destacam-se seis ideias que consideramos centrais para a necessária reflexão em torno do futuro desta escola no capítulo da sua produção científica, a saber:

a) Apropriação coletiva do Centro e especificamente do NEISES, enquadrando futuramente os projetos de investigação e consultoria, sejam os que assumem um cunho mais pessoal no âmbito das preferências temáticas e das áreas de eleição em matéria de investigação científica por parte de cada docente, sejam os que se inscrevem numa lógica de equipa intra e/ou interdisciplinar, e passíveis de obtenção de financiamento externo;

b) A constituição de parcerias e redes de colaboração científica, mediante o estabelecimento de protocolos ou outras formas colaborativas com outros centros de I&D, empresas, organizações públicas e/ou privadas e do Terceiro Setor;

c) A política de integração de estudantes de cursos pós-graduados nos processos de pesquisa, coordenados pelos investigadores integrados e colaboradores do centro, no respeito, aliás, com o que vem consagrado e sugerido na legislação que enquadra as instituições de investigação científica, a que fizemos referência páginas atrás;

d) A articulação direta com a comunidade, a região e o território de ação e influência da ESE e do IPP, quer enquanto estrutura prestadora de serviços, quer enquanto entidade atenta e pró-ativa na monitorização, no estudo e na promoção da mudança social, cultural, económica, científica e tecnológica dos contextos territoriais e dos agentes sociais aí sedeados;

e) A dimensão nacional e internacional como aposta estratégica no capítulo das atividades de I&D que se venham a projetar, tendo, contudo, noção e consciência de que estamos

a falar de um domínio muito competitivo e avaliado segundo critérios altamente exigentes e de acordo com os padrões científicos internacionais, face aos quais, nesta fase inicial do processo, estaremos muito aquém de atingir o patamar quantitativo e qualitativo de produção científica desejável;

f) A exigência da excelência como meta (ambiciosa) mas exequível no que diz respeito ao envolvimento gradual, mas contínuo, que se espera da comunidade de docentes e investigadores da ESE/IPP, bem como dos respetivos projetos e demais atividades de investigação que estejam ou venham a ser idealizados e concretizados no futuro próximo.

Enquanto membro da Comissão Instaladora nomeada para a preparação, lançamento e consolidação deste projeto institucional, estamos fortemente empenhados na concretização deste projeto, na convicção de que o mesmo só poderá atingir o sucesso pretendido e o reconhecimento institucional, internamente ao IPP e externamente junto de potenciais entidades financiadoras, em linha com os objetivos e os critérios de avaliação altamente exigentes no plano nacional e internacional se, em conjunto, assumirmos e contribuirmos para a apropriação e consequente materialização do Centro e, especificamente no que à ESE/IPP diz respeito, do respetivo Núcleo de Estudos para a Intervenção Social, Educação e Saúde (NEISES).

Os próximos anos serão certamente exigentes para todos os que se sintam motivados a envolverem-se neste projeto, mas também determinantes do ponto de vista da desejada afirmação, visibilidade e projeção científica do que melhor soubermos fazer do domínio da I&D.

Referências bibliográficas

AA. VV. (2008), *Jornada sobre Investigação – Comunicações/Posters*, Coleção Largo da Sé, Portalegre, IPP – Instituto Politécnico de Portalegre.

COSTA, António Firmino *et al.*, (2005), *Cultura Científica e Movimento Social. Contributos para a análise do Programa Ciência Viva*, Oeiras, Celta Editora.

CCISP – Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (2006), *Breve Caracterização do Ensino Superior em Portugal. Visão dos Institutos Politécnicos*, Lisboa.

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2010), *Estatísticas sobre Instituições de I&D*, Lisboa.

GPEARI / MCTES – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais / Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2010), *Produção Científica Portuguesa, 1990-2008 – séries estatísticas*.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2007), *Anuário Estatístico da Região Alentejo*. Capítulo Ciência e Tecnologia.

IPP – Instituto Politécnico de Portalegre (2010), *C3I – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação. Plano de Actividades, triénio 2010-2012*, março de 2010 (documento de trabalho).

MCTES – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2005), *Um Compromisso com a Ciência para o futuro de Portugal*, Lisboa.

MCTES – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2010), *Investir no futuro. Um contrato de confiança no ensino superior para o futuro de Portugal*, Lisboa.

VEIGA SIMÃO e ALMEIDA COSTA (2000), *O Ensino Politécnico em Português. Descrição evolutiva e prospectiva deste sub-sistema de ensino superior*, Lisboa, CCISP.

Legislação consultada:

Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro – RJIES (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior).

DL n.º 125/99, de 20 de abril – Regime Jurídico de Instituições de Investigação Científica.

DL n.º 207/99, de 31 de agosto – Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico.

Despacho Normativo n.º 39/2008, de 30 de julho – Estatutos do Instituto Politécnico de Portalegre.

Despacho n.º 24222/2009, de 21 de outubro – Estatutos da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre.